



ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a terceira sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros: Miriam Carmem M. da Nobrega Pacheco (Docente Ensino Superior), Jurandyr Machado (Ex-
5 alunos), Hélio Vargas Chaves de Souza (Docentes de Ensino Básico e Técnico), Marilda Pimenta Melo (FIRJAN) e Maria Renilda Barreto (Docente do Ensino Médio e Técnico), Teresa Cristina Gaio Mattos, Francisco de Assis B. Alves (Técnicos Administrativos). Os conselheiros Vânia Costa Correa (FAERJ) e André Luis Santos (FECOMERCIO) não puderam comparecer, devido à compromissos profissionais, mas justificaram ausência junto à secretaria do Conselho.
10 No **Expediente Inicial**, o Sr. Presidente levou à apreciação dos conselheiros a ata da 2ª sessão ordinária de 2017, porém, como houve observações por parte dos conselheiros Hélio Vargas e Teresa Mattos, a aprovação da referida ata foi adiada para próxima sessão ordinária. Em seguida, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia, item 2.1 **Vagas Suplementares**, quando concedeu a palavra a conselheira Maria Renilda, que considerou todas as dúvidas esclarecidas e exigências atendidas. A conselheira observou que, em nenhum momento, o CODIR foi
15 contrário à proposta, somente precisava de maior embasamento para decisão. Declarou ainda, que para trabalhar com grupos socialmente excluídos, era preciso uma negociação com tais grupos e que a comissão trabalhou para fortalecer esse movimento. Esclareceu que a legislação não foi utilizada como entrave, mas como uma garantia de isonomia. Ressaltou que a instituição é a favor das cotas sociais. O conselheiro Hélio Vargas, complementando a fala da conselheira, lembrou que, de acordo com o decreto 7824, de 11/10/2012, a instituição poderia instituir a reserva de vagas suplementares, desde que não houvesse prejuízo às demais vagas previstas por tal decreto. Em seguida o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item 2.2 **Regulamento para Criação e Extinção de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu**, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao docente Pedro Pacheco, diretor da DIPPG, que fez explanações acerca da proposta. Não havendo questionamentos, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, iniciando a discussão do item 2.3 **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciência e Tecnologia Cervejeira**, o Sr. Presidente concedeu novamente a palavra ao docente Pedro Pacheco, que apresentou o projeto aos conselheiros. O conselheiro Hélio Vargas perguntou como seriam obtidos os insumos para o curso. O Sr. Presidente declarou que toda compra de insumos, para uma instituição de pesquisa, era regulamentada. A conselheira Marilda Melo, com relação ao curso de Técnico em Cervejaria do SENAI, citado pelo docente durante sua apresentação, declarou que após estudo, visando atender a demanda, está em fase de transferência para o SENAI Tijuca, onde o atendimento continuará a ser realizado em nível de excelência. O Sr. Presidente parabenizou o SENAI, enfatizando a alta relevância do curso, responsável pela formação de profissionais de diversas localidades. Em seguida, colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item 2.4 **Alteração de taxa nominal de ocupação de espaço físico**, os conselheiros Teresa Mattos e Francisco de Assis apresentaram os resultados da pesquisa de valores que fizeram. Francisco de Assis lembrou que os valores pesquisados foram referentes a espaços localizados nos centros das cidades e que, nem sempre, os *campi* do CEFET/RJ estão localizados nos centros. O conselheiro também relatou a dificuldade de cotar preços em algumas cidades, devido à escassez de espaços para aluguel e informações na internet. O Sr. Presidente solicitou que a comissão preparasse uma proposta, nos moldes das portarias existentes, mas com redutores para os
45



campi. Declarou que a comissão poderia também propor novos valores para o *campus* Maracanã e a partir disso, definir os redutores para os *campi*. O conselheiro Hélio Vargas sugeriu que a proposta, após elaborada, passasse pela DIRAP, para que a mesma desse um “de acordo”, uma vez que está constantemente envolvida com processos licitatórios. Todos concordaram. Passando ao item **2.5 Alteração de Regime de Trabalho (Solicitante: Alcindo Miranda)**, o Sr. Presidente lembrou que tal processo já havia passado pelo Conselho, que solicitou ao docente a elaboração de justificativa para o pleito. O conselheiro Hélio Vargas declarou que analisou a justificativa, mas esbarrava na questão do acórdão do TCU. A conselheira Maria Renilda declarou que o docente atendeu às exigências do Conselho, mostrou envolvimento com outras instituições, em projetos e parcerias interessantes para a instituição. Observou que o docente, em sua justificativa, se comprometia a se aposentar somente após 5 anos da mudança de regime. O Sr. Presidente observou que não existia regra que impedisse o docente de solicitar aposentadoria. O docente Marcus Paulo, da coordenação de matemática, declarou que o docente era um servidor comprometido e que seu projeto ampliaria o atendimento aos alunos. O docente declarou que na época em que fez a averbação, se baseou na Resolução antiga, pois não sabia da nova Resolução. Ressaltou que, se soubesse, não teria feito tal averbação. O Sr. Presidente sugeriu que o docente tentasse desaverbar o período, porque assim, se adequaria à regulamentação. Esclareceu que o CODIR era a instância máxima da instituição, desta forma, somente deveria receber recurso, quando esgotadas todas as possibilidades, que não era o caso. Colocou a proposta de o docente tentar desaverbar o período e esgotar todos os trâmites, antes de chegar ao CODIR, que foi aprovada por unanimidade. Passando ao item **2.6 RAD (Portaria “ad referendum”)**, o Sr. Presidente explicou que tratava-se da aprovação de alterações na planilha RAD, que havia sido tratada exaustivamente no CEPE e nele também aprovada. Esclareceu que havia expedido a Portaria “ad referendum” para agilizar a progressão de alguns docentes. Colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao item **2.7 Proposta de Revisão (processo n. 23063.000075/2017-85)**, o Sr. Presidente declarou que daria prosseguimento ao processo, para não pará-lo, mas se a proposta da comissão, referente aos valores dos espaços, ficasse pronta a tempo, seria utilizada. Desta forma, retirou o item de pauta. Em seguida, colocou o item **2.8 Doação de Equipamentos (processo n. 23063.001179/2016-44)** em votação, esclarecendo que os itens seriam doados para a Associação Beneficente Rio Criança Cidadã, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou em votação os itens **2.9 Desfazimento de bens (processo n. 23063.000926/2017-89); 2.10 Desfazimento de bens, campus Friburgo (processo n. 23063.000998/2017-23) e 2.11 Desfazimento de bens (processo n. 23063.001437/2017-49)**, sendo aprovados por unanimidade. Em seguida, solicitou a inclusão de dois processos, **2.12 Recebimento de material cedido pelo CNPQ (processo n. 23063.001459/2017-45) e 2.13 Viagens do Diretor Geral ao Exterior**, para discussão. Com relação ao item 2.12, explicou se tratar de material doado ao CEFET, pelo CNPQ, ao final de uma pesquisa realizada por docente, sendo aprovado por unanimidade. Com relação ao item 2.13, explicou que todo servidor necessita da autorização do Diretor Geral para sair do país, mas em seu caso, a autorização deveria ser dada pelo CODIR. Explicou que havia alguns períodos programados para 2017, sendo: Portugal em julho (8 a 16), Espanha e França em setembro (09 a 23) e Cuba em outubro (7 a 13). Após justificar tais viagens, colocou em as mesmas em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Passando ao Expediente Final, item 3.1 Assuntos Diversos, o servidor Sérgio Araújo, presidente da CPPD, solicitou que houvesse a participação de representantes da CCP, nas comissões do CEPE, dando como exemplo a discussão da RAD. Em seguida, solicitou maior agilidade na eleição para CPPD, alegando que atualmente, estão sem representante do Magistério Superior. Além disso, observou que o CODIR havia aprovado a participação de docentes de outros *campi*, o que resultou na composição atual de 1

6



95 (um) docente do Maracanã e 2 (dois) de Itaguaí. O Sr. Presidente declarou que verificaria a
situação mais detalhadamente e levaria para a próxima reunião. Em seguida, a conselheira
Miriam Pacheco esclareceu que na ocasião em que a RAD foi discutida, a docente Micelli,
presidente da CPPD, na época, e a docente Patrícia, também da comissão, participaram das
100 primeiras reuniões. Declarou que ela, na qualidade de conselheira do CEPE e também membro
da CPPD, na época, também participou de todo o processo, que foi amplamente discutido,
inclusive com todos os *campi*. Lembrou que a RAD pode sofrer alterações, caso haja demanda.
A conselheira Teresa Mattos relatou que a comissão responsável por rever os mandatos dos
discentes, da qual faz parte, constatou que não há representantes do Diretório Acadêmico, na
campus Maracanã, já há algum tempo. Desta forma, considerou que a questão da maioria,
105 para conselheiros, ficaria engessada. O Sr. Presidente esclareceu que, embora não haja
representantes no *campus* Maracanã, há representantes atuantes em outros *campi*. Sugeriu
que a cadeira da representação docente passasse à responsabilidade do Diretório ou Centro
Acadêmico, que ficaria responsável por indicar os nomes de seus representantes. Justificou
que tal medida, além de eximir o CODIR de fazer eleição, também resolveria o problema da
110 cadeira sempre vazia, uma vez que os alunos não permanecem na escola em todo o período
do mandato. O conselheiro Hélio Vargas perguntou sobre orçamento. O Sr. Presidente informou
que o orçamento seria apresentado na próxima sessão. A conselheira Teresa Mattos perguntou
sobre a academia. O Sr. Presidente informou que, desde o início de sua gestão, vinha tentando
ofertar a academia para os servidores, porém não houve solução. Declarou que há um estudo
115 para transformar o espaço em bandeirão, que foi um compromisso de sua campanha. Declarou
que os equipamentos da academia seriam transferidos para o departamento de educação
física. O conselheiro Jurandyr Machado relatou que a Prefeitura havia solicitado os pequenos
espaços, onde a Associação dos Ex-Alunos guardava seus pertences. Desta forma, a
Associação estava sem lugar guardar seus pertences. O Sr. Presidente declarou que iria
120 verificar o caso. Em seguida, o Sr. Presidente informou que há duas grandes obras projetadas
na instituição, mas que não foram colocadas no Conselho por causa do orçamento. Relatou que
havia pretensão colocar cobertura nas quadras, criar um ginásio polivalente e reformar o
ginásio para abrigar uma nova biblioteca. Disse também que, o atual espaço da gráfica,
abrigaria uma parte do arquivo e o centro de memória. Informou que havia recebido do MPU,
125 uma minuta referente ao ponto eletrônico e que a instituição já havia encaminhado um recurso
ao MPU, solicitando alguns pontos que foram levantados durante as discussões internas. Por
fim, disse que em breve, a regulamentação da jornada de trabalho seria discutida no CODIR.
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de
130 todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na
qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.